

→ continuação

**PARÁ EMPREENDIMENTOS FINANCEIROS S.A.**

(Companhia fechada) - CNPJ nº 08.108.954/0001-24

**Notas explicativas às demonstrações financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008** (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional:** A Companhia tem por objeto a participação em outras empresas, especialmente as que tenham por objeto social a armazenagem, consolidação, desconsolidação e a movimentação de contêineres, veículos e cargas utilizadas para exportação, importação e cabotagem. Em 09 de abril de 2008, foram vendidos 75% das ações representativas do capital social da Companhia para a empresa Nara Valley Participações S.A., esta com a finalidade de controle indireto da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A., da qual a Companhia detém 100% das ações representativas do capital social. **a. Contexto operacional da Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. (Convicon):** A controlada Convicon tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do terminal, conforme Aditivo nº 2 do contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pátio para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem a sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres, e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. **b. Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração do Convicon, com a Companhia Docas do Pará - CDP:** A Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A. tem o compromisso de efetuar a pavimentação, cerca e iluminação de pelo menos 20.000 m<sup>2</sup> do lote A, e aquisição de equipamentos, necessários para que este esteja apto a movimentar o mínimo de 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo Contrato de Exploração do Convicon, a controlada está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$10,00 por contêiner cheio movimentado, R\$2,00 por contêiner vazio movimentado, e R\$1,00 por contêiner movimentado de carga unitizada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, ora em utilização pela Convicon, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento e *software*, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato. A Convicon tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Convicon ao longo do período contratual (15 anos), em parcelas de aluguéis mensais acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do IGP-M. A Convicon deve manter cobertura de seguros para quaisquer danos aos seus ativos, bem como para os riscos inerentes à sua própria operação e perante terceiros. **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **3. Resumo das principais práticas contábeis: a. Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita de serviços é reconhecida no resultado em função da sua prestação. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, intangível, provisão para devedores duvidosos e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente. **c. Instrumentos financeiros não-derivativos:** Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação: **• Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado

se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. **• Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis devem ser mensurados pelo custo amortizado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. **d. Moeda estrangeira:** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. **e. Ativos - circulante e não circulante:** **• Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. **• Investimentos:** Os investimentos em controladas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial. **• Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas nos mesmos. Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido. **• Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear. **f. Redução ao valor recuperável:** Os ativos do imobilizado e do intangível tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2009 e 2008. **g. Passivos - circulante e não circulante:** Os passivos, circulante e não circulante, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulante e não circulante são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **h. Provisões:** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar o mesmo. As provisões são registradas quando as mesmas são julgadas como prováveis tendo como base melhores estimativas do risco envolvido. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social, quando devidos, são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente. **j. Prejuízo por ação:** O prejuízo por ação é calculado com base no número total de ações, na data do balanço patrimonial. **4. Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e da sua controlada:

	Porcentagem de participação	
	2009	2008
<b>Controlada direta</b>		
Convicon Contêineres de Vila do Conde S.A.	100%	100%
<b>Descrição dos principais procedimentos de consolidação:</b> As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: <b>a.</b> Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; <b>b.</b> Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas; <b>c.</b> Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; <b>5. Partes relacionadas</b>		
<b>a. Contratos de Mútuo - Consolidado</b>		
	2009	2008
<b>Passivo não circulante</b>		
Convicon Contêineres da Vila do Conde S.A.	33.802	21.879
<b>Total</b>	<b>33.802</b>	<b>21.879</b>
O contrato com a Santos Brasil Participações S.A. é remunerado à taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).		
<b>b. Contas correntes a pagar - Consolidado</b>		
	2009	2008
<b>Passivo circulante</b>		
Santos-Brasil S.A.	1.287	761
Santos Brasil Participações S.A.	18	-
<b>Total</b>	<b>1.305</b>	<b>761</b>
A controlada Convicon tinha registrado, conforme o quadro acima, contas correntes a pagar a Santos-Brasil S.A., empresa do mesmo grupo econômico, referente a compra de equipamentos.		
<b>c. Remuneração do pessoal-chave - Consolidado</b>		
No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a controlada Convicon contabilizou como despesa com remuneração do seu pessoal-chave, os valores abaixo demonstrados:		
	2009	
	<b>Diretoria</b>	
Benefícios de curto prazo	470	
<b>Total</b>	<b>470</b>	
<b>d. Controladores</b>		
Os controladores da Companhia são, a Nara Valley Participações S.A. que detém 75% das ações, e o Sr. Paulo Roberto Brandão que detém 25% das ações, totalizando 100% das ações que representam o seu capital social.		
<b>6. Contas a receber de clientes - Consolidado</b>		
	2009	2008
Circulante:		
No País	1.611	1.099
Menos:		
Provisão para devedores duvidosos	(21)	-
<b>Total</b>	<b>1.590</b>	<b>1.099</b>
O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:		
	2009	2008
Créditos a vencer	1.365	951
Créditos em atraso até 60 dias	191	148
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	34	-
Créditos em atraso há mais de 361 dias	21	-
<b>Total</b>	<b>1.611</b>	<b>1.099</b>
A provisão para devedores duvidosos é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, que conforme o quadro acima totalizavam R\$21 em 31 de dezembro de 2009. Deste montante são excluídos: (i) os créditos em negociação, (ii) os depósitos não identificados e adiantamentos; resultando assim, no valor final de R\$21. A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o art. 9º, § 1º, inciso II da Lei nº 9.430/96.		
<b>7. Impostos a recuperar - Consolidado</b>		
	2009	2008
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	11	10
Imposto de renda - IRPJ e Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL de exercícios anteriores	251	167
Impostos retidos na fonte sobre o faturamento	181	77
Outros	57	38
<b>Total curto prazo</b>	<b>500</b>	<b>292</b>

continua →